



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Arapongas

Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público
Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor
Varas Cíveis
FUNDEF/FUNDEB
Fundações e Terceiro Setor

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAPONGAS-PR

Autos nº 0001372-90.2021.8.16.0045

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, representado pela Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, vem, com o devido respeito perante Vossa Excelência, manifestar-se nos seguintes termos:

I – RELATÓRIO

Trata-se de Ação de Falência ajuizada por **CASA SUA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. ME** em desfavor de **FILMOR COMERCIAL LTDA.**, com fundamento no artigo 94, inciso II, da Lei nº 11.101/05, em razão da ausência de pagamento do débito e indicação de bens à penhora nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 0003546-82.2015.8.16.0045, que tramitam perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Arapongas, no valor atualizado de R\$ 28.472,92 (vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Devidamente citada (mov. 29.1), a requerida se manteve inerte.

A autora requereu a decretação da falência (mov. 34.1).

O Ministério Público se manifestou pela não intervenção na fase pré-falimentar (mov. 37.1).

Na sequência, foi decretada a quebra da requerida em 13 de abril de 2022 (mov. 42.1).

Expedido Termo de Compromisso da Administradora Judicial (mov. 57.1).





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Arapongas

Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público
Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor
Varas Cíveis
FUNDEF/FUNDEB
Fundações e Terceiro Setor

O Banco Central do Brasil (mov. 58.1) e a Fazenda Nacional (mov. 60.1) informaram que a falida não possui débitos.

O Estado do Paraná opôs embargos de declaração aduzindo omissão na decisão quanto a instauração do incidente de classificação do crédito público (mov. 65.1).

A Administradora Judicial informou ter realizado diligências no suposto endereço da falida, não tendo localizado a empresa e/ou bens para arrecadar. Por oportuno, requereu a intimação do sócio da falida e demais providências para prosseguimento do processo (mov. 66.1).

Em seguida, o Estado do Paraná informou que não há débitos tributários em nome da falida (mov. 67.1).

A autora CASA SUA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. ME pleiteou a habilitação do seu crédito no valor de R\$ 37.818,17 (trinta e sete mil, oitocentos e dezoito reais e dezessete centavos), bem como do valor de R\$ 3.636,07 (três mil, seiscentos e trinta e seis reais e sete centavos), referente aos honorários de advogado (mov. 71.1).

O Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR apresentou certidão de histórico de propriedade de veículos da falida (mov. 72.3).

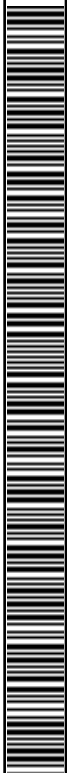
A Administradora Judicial postulou a prorrogação do prazo para apresentação do relatório sobre as causas e circunstâncias da falência até que seja lavrado o respectivo termo de comparecimento do sócio da falida (mov. 73.1).

O Município de Arapongas requereu a habilitação do crédito tributário no valor de R\$ 752,52 (setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), devidamente inscrito em dívida ativa (mov. 76.1).

Novamente a Administradora Judicial pleiteou a prorrogação do prazo para elaborar o plano de realização dos ativos e reiterou as diligências solicitadas (mov. 82.1).

O Juízo declarou prejudicado os embargos declaratórios e deferiu integralmente os pedidos da Administradora Judicial (mov. 84.1).

Expedição de busca SISBAJUD (mov. 86.1 e 86.2) e RENAJUD (mov. 89.1), ambas infrutíferas.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Arapongas

Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público
Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor
Varas Cíveis
FUNDEF/FUNDEB
Fundações e Terceiro Setor

Certidão de distribuição de feitos (mov. 87.1).

Comprovante de intimação do sócio da falida (mov. 95.1).

Informações dos Cartórios de Registro de Imóveis de Arapongas acerca da inexistência de bens imóveis registrados em nome da falida (mov. 105.1 e 107.1).

Resposta do Tabelionato de Protestos de Títulos de Arapongas informando sobre a inexistências de protestos contra a falida (mov. 111.1).

Juntada dos atos constitutivos, contrato social e posteriores alterações da falida (mov. 119.1) e também da empresa ELETRON SLIN TECNOLOGIA LTDA. (mov. 119.2).

Ato contínuo, a Administradora Judicial aduziu que as diligências realizadas apontam para a ausência de funcionamento da falida desde 2014, tendo encerrado suas atividades sem deixar bens para arrecadar, bem como que, embora seu representante legal seja o atual representante da empresa ELETRON SLIN TECNOLOGIA LTDA., não há elementos que justifiquem a desconsideração da personalidade jurídica para extensão dos efeitos da falência, concluindo se tratar de falência frustrada. Desse modo, pleiteou a remessa dos autos ao Ministério Público e expedição de edital de intimação dos interessados, na forma do art. 114-A da Lei nº 11.101/05 (mov. 122.1).

Determinou-se a cientificação dos credores habilitados acerca da ausência de bens e posterior vista ao Ministério Público (mov. 124.1).

A credora CASA SUA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. ME requereu a instauração de processo criminal contra o sócio da falida por crime de desobediência, bem como a busca e apreensão de todos os livros e documentos da empresa (mov. 132.1).

Vieram os autos ao Ministério Público.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Em que pese a remessa dos autos ao Ministério Público para fins do art. 114-A da Lei nº 11.101/05, melhor analisando o presente feito, tem-se que não há viabilidade no prosseguimento da falência.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Arapongas

Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público
Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor
Varas Cíveis
FUNDEF/FUNDEB
Fundações e Terceiro Setor

Consoante se depreende da documentação juntada, a sociedade empresária falida encerrou formalmente suas atividades em **31 de dezembro de 2019**, conforme ato de desconstituição registrado em 3 de março de 2020 (mov. 119.1).

Por outro lado, a credora CASA SUA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. ME somente ajuizou a presente ação de falência em **12 de fevereiro de 2021**, oportunidade em que a empresa já se encontrava extinta, não possuindo capacidade para figurar no polo passivo da lide, haja vista a ausência de personalidade jurídica.

Desse modo, não obstante a decretação da quebra por este MM. Juízo, a decisão se tornou sem efeito, considerando a baixa definitiva e formal da empresa antes mesmo da propositura do pedido de falência e, por conseguinte, de sua capacidade de direito para responder a qualquer obrigação.

A propósito, nos termos da Cláusula Quarta da Desconstituição do Ato Constitutivo, o titular da empresa, Sr. Rafael Filla Moraes, ficou responsável pelo ativo e passivo deixado pela sociedade, de modo que caberia à requerente ter redirecionado a execução ao referido sócio, e não ajuizado a presente ação de falência contra pessoa jurídica não mais existente.

Salienta-se que o ato de desconstituição se tratava de informação pública, não tendo a autora sido diligente antes de promover o pedido de falência da empresa, inclusive sendo nítida sua pretensão de utilizar o instrumento falimentar como meio coercitivo de cobrança da dívida executada.

Não fosse isso, extrai-se das diligências solicitadas pela Administradora Judicial e devidamente cumpridas no curso do processo que a empresa encerrou suas atividades sem deixar qualquer patrimônio, mesmo porque todas as obrigações foram transferidas para seu titular.

Também não subsistem elementos aptos a justificar a extensão dos efeitos da falência ao sócio ou à outra sociedade empresária por ele administrada atualmente, notadamente diante da ineficácia da decisão que decretou a quebra de empresa extinta regularmente.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Arapongas

Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público
Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor
Varas Cíveis
FUNDEF/FUNDEB
Fundações e Terceiro Setor

Por esta razão, entende este órgão ministerial que a ação deve ser julgada extinta, sem resolução do mérito, devendo, ainda, a requerente arcar com o pagamento das custas e despesas do processo, bem como dos honorários da Administradora Judicial por ter dado causa a falência sem efeito.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, o Ministério Público do Estado do Paraná se manifesta pela **extinção do processo**, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil, condenando-se a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários devidos à Administradora Judicial pelos trabalhos realizados.

Arapongas/PR, datado e assinado digitalmente.

Flávia Simon Fagundes dos Santos

Promotora de Justiça

